

O grande desafio

Rio sedia em 2012 conferência da ONU para decidir destino da preservação do planeta

A NATUREZA em primeiro plano (e lugar): desafio da Rio+20 é conciliar crescimento econômico e sustentabilidade

Diz a lenda — e, supostamente, o calendário maia — que o mundo acaba em 2012. Curiosamente, a mesma ciência que desmente os mitos catastrofistas também atribui um significado especial ao ano que vem. Será o momento de definirmos em que planeta viveremos nas próximas décadas: um onde se busca o desenvolvimento sustentável ou em que os recursos são explorados de forma predatória; um de clima administrável ou de catástrofes incontroláveis; um socialmente inclusivo ou em que cada país luta por si.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio, em 1992, a comunidade internacional optou pelo respeito à biodiversidade e pela retirada de populações da linha de pobreza. Um discurso esperançoso, que, na prática, pouco ecoou. Vinte anos depois, de 4 a 6 de junho de 2012, a ONU fará novamente uma grande conferência no Rio, para discutir a mesma encruzilhada. E, mais uma vez, o Rio será a capital mundial do meio ambiente.

Desta vez, porém, a corda está mais apertada no pescoço. Os prazos estreitaram-se, espécies engrossaram a lista das ameaçadas de extinção, eventos extremos avançam pela Terra.

O clima, embora fora da agenda principal — a pauta do Rio+20 é desenvolvimento sustentável e economia verde — não deverá ser ignorado pelas dezenas de chefes de Estado que virão à cidade. Até o fim de 2012, eles terão de encontrar um sucessor para o malfadado Protocolo de Kioto, único acordo internacional com poder de lei que estabelece limites para as emissões de CO₂ e outros gases-estufa.

O planeta recém-saído de uma de suas maiores crises econômicas terá de reaprender a crescer. Não basta um mercado próspero. É preciso atender outros pré-requisitos, como ter uma matriz energética limpa, meios de transporte não poluentes e incentivo à reciclagem. Exigências que, de forma completa, nenhuma nação atende; algumas inclusive contestam. Segundo a ONU, cada país terá de investir, em média, o equivalente a 2% de seu PIB, por 40 anos, para atingir este objetivo.

— Estima-se que, se todos mantiverem seu estilo de vida insustentável, precisaremos de cinco planetas para suprimos nossas demandas — alertou o secretário-geral da Rio+20, o diplomata chinês Sha Zukang, em seu blog. — Temos de considerar os limites dos recursos naturais. Não para viver de forma mais pobre, e sim de um modo mais inteligente. 🌱

A mesma agenda para um mundo diferente

A Rio+20 vai se amparar em um documento, a Agenda 21, elaborado no encontro de duas décadas atrás. Trata-se de uma carta de intenções que propõe a visão conjunta de temas econômicos, sociais e ambientais. Entre as áreas prioritárias — que, inclusive, ganharam suas próprias conferências da ONU — estão mudanças climáticas, biodiversidade, desertificação e responsabilidade corporativa.

A agenda foi revista em 2002, num encontro em Johannesburgo, onde foi constatada a necessidade de tomar passos concretos para tirá-la do papel. Isso ainda não aconteceu, embora a última década tenha sido de prosperidade econômica.

— A Rio 92 foi quase profética — assinala Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). — Os problemas que detectou são hoje factuais, mensuráveis e as soluções estão ao nosso alcance. Falta, no entanto, conseguirmos condensá-las em um projeto, que se aproxime o máximo possível de um consenso dos governos.

A plateia também mudou — inclusive

em seu tamanho. Vinte anos atrás, os grupos com voz ativa na discussão eram poucos. Agora, a audiência ganhou corpo e abrange públicos tão diferentes como jovens, empresas, ONGs, sindicatos, cientistas e trabalhadores rurais.

— Passaram-se 20 anos e temos um mundo diferente, em termos de tecnologia e globalização, mas também de participação — ressalta Lawrence Gumbiner, subsecretário adjunto de Meio Ambiente dos EUA. — Os governos, obviamente, terão papel central, mas agora convivem com novos atores.

Gumbiner veio ao Rio no mês passado, como representante do governo americano na preparação da Rio+20. O subsecretário deu palestra sobre o futuro das negociações globais para o desenvolvimento sustentável. E reconheceu que, mesmo diante da pressão da sociedade civil organizada, o ritmo do poder público não corresponde às expectativas.

— O desenvolvimento sustentável tem pilares econômico, social e ambiental. Colocar todos de pé, em todos os países, demora um certo tempo — admite. — Mas

creio que temos de nos orgulhar do que já foi feito. E devemos expandir a discussão para outros temas, como a sustentabilidade urbanística. A economia verde não se restringe às florestas e à agricultura. Debater o crescimento urbano é fundamental.

Como em qualquer encontro da ONU, as conversas dançam conforme a música tocada pelos países mais poderosos. Só que mesmo a definição de quais são essas nações não é mais a mesma. Em 1992, os países desenvolvidos eram os donos da pauta. Nos últimos anos, no entanto, surgiram grupos como os Estados insulares e o Brics, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

— As disputas entre essas alianças podem ser reprisadas, mas de uma forma diferente — opina Sérgio Besserman, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e assessor da Prefeitura do Rio para a conferência do ano que vem. — Como não haverá deliberações concretas na Rio+20, é provável que o conflito seja menos agudo. Mas a pressão sobre todas as nações deve crescer, devido à insatisfação com a falta de governança global. Estamos em marcha firme para uma crise de sustentabilidade. Muito pouco de nosso rumo foi alterado desde 1992.

Um país, que já seria ouvido devido ao tamanho de sua economia, receberá atenção especial: o Brasil.

— Será o momento internacional mais importante do governo de Dilma Rousseff — acredita Besserman. — O mundo inteiro perguntará o que temos a dizer sobre economia verde. O Brasil não será fundamental para que a conferência seja ou não um sucesso, mas é quem vai definir a força da mensagem da Rio+20.

E por que o Brasil? Além de anfitrião do encontro, trata-se de uma democracia de dimensões continentais, que colhe êxitos no combate à pobreza — embora a desigualdade ainda seja uma marca profunda — e tem matriz energética renovável, não emissora de gases-estufa.

Pesa, porém, o grave desmatamento na Amazônia, a maior floresta da Terra. É preciso, segundo Besserman, encontrar um modo sustentável de manter aquela região tropical, investindo em estoques de carbono. E, também, na logística que sustentaria a economia verde do país. O transporte de carga ainda é feito em caminhão a diesel. Mas até daí nasceria uma oportunidade:

— Falta investir em ferrovias e aeroportos. Essa medida, aliada à energia limpa e a uma Amazônia protegida, nos transformam em uma potência ambiental — assegura Besserman. (R.G.) 🌱



Fotos de Custodio Coimbra

ENCHENTE EM Duque de Caxias e engarrafamento no Rio: a crise da sustentabilidade manifesta-se no precário sistema de transportes e na urbanização desenfreada



TEÓFILO DE LA TORRE

Exemplo internacional

Um pequeno país da América Central tornou-se referência mundial com seus investimentos em energia renovável e índices inéditos de recuperação da mata nativa. A Costa Rica é sempre uma das primeiras lembradas na lista das nações adiantadas na transição para a economia verde. Seu ministro do Meio Ambiente, Energia e Comunicações, Teófilo de la Torre, deu a entrevista abaixo ao GLOBO.

RENATO GRANDELLE

65% daqui a uma década.

O GLOBO: Segundo o secretário-geral da Rio +20, a Costa Rica é um dos países mais avançados na transição para a economia verde. Em que estágio se encontra esta transformação?

TEÓFILO DE LA TORRE:

Acreditamos que estamos avançando no ritmo mais rápido permitido pelos acordos internacionais. Devemos já estar no meio dessa transição.

O GLOBO: O fato de seu país ser pequeno torna esta mudança menos complexa?

DE LA TORRE: As transformações internas ocorrem mais rapidamente. No entanto, o auxílio financeiro internacional tende a privilegiar países maiores, como o Brasil, ou mais ameaçados, como as nações insulares.

O GLOBO: Algum projeto implantado na Costa Rica poderia ser adaptado para o Brasil?

DE LA TORRE: Registramos índices particularmente bons em duas áreas. Uma delas é no uso de energia renovável, que já responde por 95% de nossa produção — e isso inclui hidrelétricas, biomassa e energia eólica. Outro destaque é um trabalho excelente que tem sido feito para eliminar o desmatamento do país. Apenas 20 anos atrás, 25% de nosso território contava com florestas, e esta percentual estava diminuindo. Agora, 52% são de matas, e esperamos que sejam

O GLOBO: E que política pública garantiu esse aumento das florestas?

DE LA TORRE: Criamos um imposto especial que incide sobre o consumo de petróleo. Além disso, o governo paga aos proprietários de florestas para que preservem a mata. Dessa forma conseguimos apoio internacional e financiamento para o Redd (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação). Quanto ao predomínio da energia sustentável, ele se deve ao desenvolvimento, iniciado há muito anos, de projetos como hidrelétricas. Recentemente incorporamos investimentos de empresas privadas neste setor.

O GLOBO: O que, para seu país, significou a Rio 92, e o que a conferência do ano que vem pode acrescentar? É possível ser otimista?

DE LA TORRE: Graças à Rio 92 nós mudamos completamente nossos projetos relacionados ao meio ambiente e à biodiversidade. Praticamos o desenvolvimento sustentável em nosso dia a dia. Vinte e cinco por cento de nosso território é de propriedade do governo e abrange áreas naturais protegidas. Isso nos deu a oportunidade de explorar um novo setor, o ecoturismo. Agora, queremos realizar um trabalho semelhante com áreas marinhas. Espero que a Rio +20 seja outro marco divisório para a Humanidade.



Energia deve ser fator vital para negociações

Diante de um debate amplo, que mobiliza cifras gigantescas, os chefes de Estado podem se perder com a quantidade de decisões a serem tomadas. Para evitar esse risco, diversas organizações da sociedade civil preparam levantamentos indicando quais, segundo elas, deveriam ser as prioridades da Rio+20. Por aqui, um estudo é conduzido pela FBDS, em parceria com a Coppe/UFRJ. Ambas consideram a energia o componente mais importante da conferência.

— A maior parte dos impactos ao meio ambiente pode ser atribuída à queima de combustíveis fósseis — explica Branca Americano, assessora da fundação. — Queremos identificar casos de sucesso no mundo na transição para energia renovável. Esses exemplos seriam explicados em um documento didático, orientado para os tomadores de decisão.

A FBDS está em busca de recursos para realizar o estudo, que seria concluído até o início do ano que vem. Seus resultados parciais, porém, estariam disponíveis já em novembro, quando acaba o prazo para o envio de sugestões à comissão preparatória da Rio+20. O material recebido por este grupo servirá de base ao primeiro rascunho das resoluções da conferência.

No Brasil, cerca de 90% da energia elétrica é gerada por hidrelétricas, uma matriz menos agressiva para a atmosfera.

— Nosso desafio é manter a energia renovável e olhar para a frente, ou seja, qual tecnologia vai nos sustentar daqui a 20 ou 30 anos — ressalta.

O país, embora bem na foto das negociações diplomáticas, enfrenta um paradoxo. Quanto mais enriquece, mais sujo pode se tornar. Afinal, a construção de hidrelétricas também tem o seu limite.

— No futuro, teremos de buscar fontes limpas opcionais, como a energia eólica e a solar, ou apelar para os velhos e poluentes combustíveis fósseis, inclusive o carvão — explica Klabin.

A insistência em uma matriz limpa, além de atender aos requisitos da ONU, pode se traduzir em vantagens comerciais para o Brasil. O carvão e outros produtos poluentes serão cada vez mais vistos como um obstáculo ao desenvolvimento, e, assim, terão pouca aceitação no mercado. O nosso país, por sua vez, poderia se tornar uma marca de qualidade reconhecida internacionalmente, dados os seus investimentos em uma economia verde. (R.G.) ■

MATA ATLÂNTICA:
matriz limpa
contribui para
conservação do
meio ambiente

Paulo Gustavo Prado, diretor de Política Ambiental da ONG Conservação Internacional

O que esperamos da Rio+20 é que sejam ampliados e transparentes os debates sobre a inclusão de sociedades ainda em desenvolvimento na agenda do clima e da conservação da biodiversidade.

No clima esperamos que (I) já tenhamos aprovadas como lei o pagamento de serviços ambientais; (II) o Sistema Nacional de Redd esteja acordado e legalizado, com seu sistema de monitoramento, relato e verificação pronto, incluindo o Sistema Nacional de Contabilização de Carbono operando;

(III) Esperamos também que já tenhamos planos nacionais de mitigação e adaptação elaborados e prontos para serem compromissados voluntariamente; e, finalmente, (IV) que o sistema brasileiro de monitoramento e verificação de resultados para mitigação e adaptação possa ser apresentado.

Quanto à biodiversidade esperamos que (I) exista o Plano Nacional de Conservação da Biodiversidade, em conformidade com as metas compromissadas em Nagóia; (II) contemos com estudos e estratégias setoriais para a implementação de uma economia verde no Brasil, inclusive com contabilização dos recursos naturais no Sistema Nacional de Contabilização das Riquezas do Brasil (ainda medidos erroneamente em PIB) fazendo parte da rotina de planejamento da sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro.

Encerrando o bloco da biodiversidade, desejamos que novas metodologias sejam assimiladas a partir das experiências decorrentes do Programa Brasileiro da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. Esse projeto deve estar avançado e com resultados para orientar a mudança de paradigma, possibilitando que os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade sejam contabilizados no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O que você espera da Rio +20?



MACACO-PREGO na Floresta da Tijuca: a biodiversidade em jogo

Custodio Coimbra

Sha Zukang, secretário-geral da conferência*

Espero que a Rio+20 produza um modelo para a busca coerente pelo desenvolvimento sustentável, o que inclui a renovação política do compromisso para essa meta — e, também, uma mobilização de todo o sistema da ONU em seu apoio.

Os desafios que estão à nossa frente agora são maiores do que 20 anos atrás. Os países não acreditam que os temas de agora sejam menos importantes. Pelo contrário — têm a consciência de que há mais urgência em implementar o desenvolvimento sustentável. Acreditamos que podemos atingir resultados tangíveis. Cada Estado-membro deve decidir qual será seu nível de participação.

O financiamento é um ponto crítico para que os países em desenvolvimento possam realizar a transição para uma economia verde. Sem recursos, sua população terá apenas a opção de continuar com tecnologias poluentes e emissoras de gases-estufa.

Muitos países doadores estão enfrentando crises financeiras que afetarão o que for possível. A conferência no Rio terá de fornecer uma solução de consenso para esses desafios.

Há muitas coisas que devemos fazer diferente, seja lá onde estivermos. Não podemos continuar usando recursos da Terra como se não houvesse amanhã.

Estima-se que, se todos mantiverem seu estilo de vida insustentável, precisaremos de cinco planetas para suprimos nossas demandas. E, no entanto, temos apenas um mundo. Temos de considerar os limites dos recursos naturais. Não para viver de forma mais pobre, e sim de um modo mais inteligente. Encontrar maneiras para reduzir o desperdício e usufruir de forma eficiente das riquezas é uma grande meta da conferência.

● Texto adaptado do blog de Sha Zukang no site da Rio+20 (www.uncsd2012.org)

Antônio Carlos Hummel, diretor do Serviço Florestal Brasileiro

A Rio+20 é uma oportunidade de o Brasil mostrar para o mundo as estratégias que o país tem desenvolvido com relação ao fortalecimento de uma economia florestal.

É a oportunidade de mostrar que se está fortalecendo uma economia que valoriza a floresta em pé, as populações tradicionais e cria condições de melhoria da qualidade de vida dessas populações e sua retirada da linha de pobreza.

É importante também porque, com o fortalecimento da economia florestal, criam-se oportunidades relacionadas, por exemplo, com a questão do carbono, com o desenvolvimento de energias a partir da biomassa e de fontes renováveis.

Nesta conferência, portanto, o Brasil tem a oportunidade de sinalizar que a floresta é um dos pontos centrais da área ambiental de seu governo.